
Total de Cr\$ 1,6 trilhão congelado

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A quantidade de títulos estaduais que serão temporariamente congelados na carteira dos bancos oficiais dos próprios estados contemplados com o acordo de ontem — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — corresponde a Cr\$ 1,6 trilhão na posição de 31 de janeiro.

É um valor expressivo e que equivale a dois terços do total de Cr\$ 2 trilhões contabilizado pelo Banco Central,

em fins de janeiro, envolvendo os vários títulos estaduais que se encontravam no mercado naquela data. São Paulo tem, individualmente, o maior peso, com Cr\$ 680 bilhões, à busca de financiamento diário para rolagem de posição, conforme os dados de fins de janeiro.

O assunto há muito preocupa o governo federal que acompanha desde meados do ano passado o crescimento vertiginoso do estoque da dívida mobiliária estadual: as emissões aumentaram como forma de captar recursos no

mercado destinados a financiar a campanha dos sucessores dos atuais governadores e os juros foram puxados para cima como meio de cobertura de risco e atração dos aplicadores. As dificuldades de rolagem, no entanto, ampliaram-se nos últimos dias diante da perspectiva das mudanças introduzidas pelo governo no sistema financeiro, a partir de 1º de março, com a criação do Fundo de Aplicação Financeiro (FAF), obrigando os bancos dos estados a recorrer à linha de redesconto do Banco Central.
